

Acordo com Clube de Paris

- 8 NOV 1986

JORNAL DO BRASIL

O Brasil deve fechar, nas próximas semanas, um acordo com os países reunidos no Clube de Paris, informou ontem o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, aos participantes do III Seminário de Câmbio, durante almoço no Hotel Meridien. Com isso, revelou Bracher, o país abre caminho para fazer o acordo plurianual com os bancos credores estrangeiros.

Pressionado pelos repórteres, o presidente do Banco Central não quis revelar as bases do acordo com o Clube de Paris. Disse apenas que o Brasil quer fazer com os bancos credores um acordo plurianual, mais amplo, e não negociações provisórias. Não há indícios, todavia, de quem terá cedido em sua posição: se o Clube de Paris, abrindo mão do acordo com FMI, para fazer o rescalonamento da dívida, ou o Brasil admitindo um acordo de monitoramento da economia com o Fundo Monetário Internacional. Em princípio, os governos credores reunidos no Clube de Paris só aceitam renegociar a dívida brasileira depois de o Brasil ir ao FMI.

A solução que pode estar sendo encaminhada é o uso do artigo 4, do estatuto do FMI, que possibilita o envio de missões aos países membros para analisar seu desempenho econômico. Essa é a proposta do ministro Dilson Funaro que, se for aceita pelo Clube de Paris, permitirá ao Brasil regularizar o pagamento de seu débito sem ser submetido a um acordo stand by ou à vigilância reforçada (*enhanced surveillance*).

Com o acordo plurianual com os bancos credores, o Brasil deixaria de ter de negociar a cada ano sua dívida externa, fazendo um pacote, por talvez cinco anos, que garanta a entrada de recursos quando for necessário, definindo a amortização a ser feita e a renovação dos acordos de curto prazo (linhas comerciais e interbancárias).

Balança comercial

A previsão do superávit na balança comercial este ano é de 11 bilhões de dólares, informou o presidente do Banco Central, Fernão Bracher. Segundo ele, o governo fez

uma revisão na sua estimativa, em decorrência de fraco desempenho observado em dois meses (setembro e outubro). No início do ano, estava-se trabalhando com um número de 13 bilhões de dólares de resultado da balança e posteriormente o governo passou a considerar 12 bilhões de dólares.

Disse ainda não ter o saldo referente a outubro, já que a Cacex não concluiu a apuração dos números. Admite, contudo, um fraco resultado. Em termos acumulados o superávit da balança comercial é de 9 bilhões 100 milhões de dólares. Para fechar nos 11 bilhões de dólares, previsão do BC, o saldo terá de ser, na média, de 600 milhões de dólares nos três meses restantes (outubro, novembro e dezembro).

Juros

Fernão Bracher informou que o governo não está comandando a alta das taxas de juros, apesar de que nada fará para interferir nesse processo, pois isso significaria ceder a pressões inflacionárias. "É preferível conviver com juro alto." As taxas extraordinariamente elevadas decorrem, afirmou, do excesso de demanda do setor público e privado. O governo vai agir sobre as causas, segundo Bracher, concentrando a atenção para resolver pressões internas e externas e com isso melhorar o balanço de pagamentos e reduzir os juros.

A raiz de tudo, afirmou o presidente do BC, é o déficit fiscal do governo. Portanto, o governo não adotará qualquer medida, mesmo para beneficiar as exportações, que possa resultar em subsídios, pois perpetuará o déficit do setor público. Informou ainda que a regra cambial do governo é a de taxas administradas em função das circunstâncias, ou seja, minidesvalorizações ou valorizações do cruzado.

O presidente do BC informou que o governo está trabalhando no sentido de reduzir os seus gastos e estimular o consumidor a poupar, para consumir mais tarde. Não há qualquer chance de uma nova reindexação da economia, disse.